

**Revista**  
**PRAIAVERMELHA**  
Estudos de Política e Teoria Social

**v. 23 n. 1**  
**Janeiro/Junho 2013**  
**Rio de Janeiro**  
**ISSN 1414-9184**

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 01-320	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

## **A Grande Depressão do século XX (considerações sobre a falência capitalista e sobre a esquerda também)**

*Pablo Rieznik*

Um informe do Fundo Monetário Internacional (FMI), conhecido no final do ano 2012, prognosticou que a economia capitalista não superaria as consequências da atual crise mundial até o ano de 2018. Nesse caso, a quebra da economia global se estenderia, pelo menos, por duas décadas.

Esse lapso de vinte anos parece ser exagerado, porque duplica o período definido nas análises conservadoras, que situam o início do atual processo na falência emblemática dos principais bancos de investimento estadunidenses, encabeçados pelo *Lehman Brothers*, em 2008. Porém, seria mais preciso situar o início do processo cada vez mais conhecido como a Grande Depressão uma década antes, quando o colapso dos países chamados “tigres asiáticos” alcançou rapidamente uma dimensão global, seguida pela queda da União Soviética, de 1998; o desmoronamento subsequente de *Wall Street* e a suspensão dos pagamentos de vários monopólios capitalistas ianques; e, por fim, o “contágio” na América Latina, cujo ponto mais alto foi precisamente o colapso econômico e social no nosso próprio país (Argentina) e o emblemático *Argentinazo* de 2001 (levante popular que desencadeou a derrubada do governo de De la Rúa).

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 303-320	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

## Vinte Anos e Algo Mais

A vasta literatura sobre este assunto não considera esta extensão da crise porque a falência de 1998 teria acabado a partir de 2002, quando os dados relativos à atividade econômica capitalista mundial apresentavam uma retomada do crescimento que se prolongou durante alguns anos. Esse fato parecia indicar uma reversão da queda iniciada no fim dos anos noventa do século passado. Contudo, ainda nessa mesma literatura, se reconhece que a recuperação global teve características pouco sólidas e que repousou em um gigantesco mecanismo financeiro de especulação. Tratou-se, em consequência, de um processo denominado pelos franceses como uma *fuite en avant*, um registro que simplesmente posterga um desastre maior que aquele cuja ocorrência se pretendia evitar, procurando renovar o processo econômico sobre bases fictícias. Em lugar de reverter a direção para a qual tendia o desempenho da economia, o pseudo *boom* econômico, nos primeiros anos da década passada, criou as condições da explosão acontecida nos anos 2007-2008, momento em que estoura a maior “bolha” da economia capitalista de todos os tempos, segundo a denominação de um dos porta-vozes tradicionais do grande capital (a revista inglesa *The Economist*).

A base desta “fuga” e da correspondente bolha foi a produção de uma enorme massa de crédito, viabilizada por uma extraordinária redução das taxas de juros e uma suposta “reengenharia” das finanças que, entre outros elementos, consistia em postergar as datas iniciais de amortização dos empréstimos e pagamento dos juros causando, dessa forma, a aparente criação de uma quantidade ilimitada do dinheiro. Uma espécie de maná do céu para o eventual demandante ao qual, também, não lhe seria exigida nenhuma prova de solvência. A inflação creditícia criou a ilusão de um consumo cada vez mais desvinculado do ingresso real dos devedores e da evolução da atividade econômica; uma ilusão que naturalmente acompanhava o desenvolvimento das condições de uma falência potencial e em cadeia. E assim foi.

O detonador da explosão da “grande bolha” foi a elevação da taxa de juros da Reserva Federal (o substituto do Banco Central dos EUA), que no final de 2007 superava em mais de 400% o reduzido nível atingido pelo custo do crédito a partir de 2003, na tentativa de superar estagnação econômica. Esta elevação da taxa de juros refletia os riscos crescentes da superprodução do crédito e da moeda (e, em consequência, a eventual

desvalorização do dólar e a inflação). Mas foi o ponto de partida de uma declaração de moratória em série dos endividados – particularmente no hiperinflacionado mercado imobiliário – e o início da quebra em série dos ativos financeiros “alavancados” em hipotecas que se tornaram incobráveis. Acontece que tais hipotecas, ou seja, as dívidas dos compradores de imóveis, se transformavam em títulos, uma espécie de notas (promissórias) que os bancos podiam vender aos investidores. Desta forma, recuperavam dinheiro vivo que serviria para gerar novas hipotecas, que se transformavam em títulos... e assim sucessivamente. Os respectivos títulos agrupavam-se também em “fundos de investimento”, multiplicando o negócio em escala crescente; os próprios bancos compravam os títulos, os vendiam e negociavam, recriando uma ciranda que teria encontrado esse *desideratum* utópico da física, que é um movimento perpétuo. Esta alavanca ou multiplicador do negócio financeiro, que atuava como mecanismo de propagação da bolha, foi um imenso balão que finalmente estourou. A explosão da bolha e, em conseqüência, a crise da sua força propulsora, teve o efeito semelhante ao esvaziamento de um balão e uma dimensão proporcional ao sistema financeiro global superdimensionado. Aquilo que foi concebido e/ou idealizado como o remédio para evitar o estancamento ou a queda de uma economia capitalista em declínio, acabou sendo pior que a doença. Assim começou o colapso, que a partir de então (2007/2008), se estenderia como mancha de óleo na economia mundial. A Grande Depressão colocou em cena uma crise capitalista mundial em dois atos e um final, tão incerto quanto inacabado.

Nesta Grande Depressão que se estende já por uma década e meia, o “caso argentino”, na virada do século, ficou definitivamente inscrito como antecipatório do que aconteceria mais tarde no plano da economia global. Esse fato pode ser confirmado na ampla referência à experiência argentina por parte de pesquisadores e analistas a partir do momento em que as economias capitalistas começaram a alinhar-se em uma série de colapsos consecutivos, cuja sequência continua agora em pleno desenvolvimento. Falava-se então de *argentinizacão* da economia – lembremos que entre 1998 e 2002 a Argentina atravessou a maior crise econômica e social da sua história, que teve seu ponto mais alto no insurgente *Argentinazo*, já mencionado no início deste artigo. Se esse fato tem no presente um valor próprio é porque, já no fim dos anos 1990 (quinze anos atrás), era evidente para quem quisesse ver que a crise em nossas latitudes era a manifestação específica e aguda de um fenômeno mais geral.

Foi nesse momento quando indicamos em uma publicação da minha autoria a existência do processo da *argentinizacão* da economia mundial. Esta caracterização foi considerada exagerada e resultante do catastrofismo atávico que professáramos, sem compreender que o caso argentino seria uma espécie de “exceção à regra”. Por isso, os supostos defensores do “anticatastrofismo”, que em sua maioria concentravam-se nas trincheiras da esquerda, tomavam o exemplo da “integração” das economias capitalistas – cuja manifestação mais evidente era a conversão da União Europeia em uma espécie de entidade supranacional com uma moeda comum – como contraponto da desintegração de nossa sociedade. Agora que o euro explode fazendo estragos e que a União Europeia desmorona-se, vale a pena não perder o fio de polêmicas e controvérsias sobre a realidade convulsiva da crise mundial e seu significado. O certo, portanto, é que o exemplo da “União” supranacional entendida como símbolo de uma nova época não prosperou, e de forma contrária ao esperado, a Europa se *argentinizou*, em um processo de desintegração ainda inacabado.

A profunda desintegração da economia argentina no início deste século era caracterizada como excepcionalidade perante a abertura de uma nova era histórica. Esta nova época aberta então com a restauração capitalista na antiga União Soviética e na China, implicava a integração em um plano superior da economia “global”, de uma economia capitalista mundializada que postergava *sine die* qualquer ilusão de uma transformação revolucionária. Esses elementos, de fato, limitavam a agenda “progressista” à proposta de alternativas no marco insuperável do capital; não se tratava de alternativas ao capitalismo (opção que foi relegada ao limbo da utopia, ou seja, à dimensão do impossível), senão de supostas alternativas *do* próprio capitalismo. É com este “programa”, presumidamente realista, que a esquerda latino-americana preparou-se para assumir o poder no limiar do novo século.

Como exemplo, pode-se mencionar o caso do advento do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal no maior país latino-americano, após a vitória eleitoral no final do ano 2002. Como garantia da conversão ao altar da nova ordem, o governo liderado por Lula da Silva assinou um acordo com o FMI ainda antes de assumir formalmente o poder. Trata-se de um fato sem precedentes, uma vez que o FMI só estabelece acordos com governos constituídos. Esse fato é um bom exemplo dos reais limites no processo da busca de “alternativas” capitalistas ao próprio capitalismo.

Se na apreciação da natureza da Grande Depressão incluímos estes comentários, é porque entendemos que a crise mundial não pode ser corretamente abordada restringindo a análise aos aspectos econômicos. Toda crise capitalista sempre é a expressão de um início da dissolução da sociedade, posto que ela mesma não é outra coisa senão a explosão das contradições insuperáveis do capital. As crises capitalistas são o próprio campo de uma exacerbação dos antagonismos sociais, mas também o espaço de uma luta de classes que põe em jogo a conduta, as propostas, a atividade prática das forças em disputa, que expressam de um modo específico essa luta. O curso e o destino da Grande Depressão do nosso tempo não podem ser abordados à margem desta questão decisiva que é imanente a toda crise capitalista. A possibilidade de cooptação da esquerda às variantes da ordem estabelecida não é de forma alguma um aspecto que possa ser solapado na análise das características específicas da atual crise mundial. É essencial mencionar essa questão para poder ressaltar o caráter unilateral que pode vir a ter as reflexões desenvolvidas neste artigo, caso as mesmas não sejam entendidas como uma parte da realidade, quer dizer, do conjunto das suas determinações.

Feito esse esclarecimento, resta enfatizar o ângulo metodológico das notas que se seguem. Um ângulo concreto e contraditório. Isto porque a atual Grande Depressão estourou quando não tinha passado uma década do que o *establishment* capitalista considerava como sua vitória definitiva, tendo quebrado o muro que lhe permitia colonizar a geografia do Leste Europeu e do Sudeste Asiático (em seguida voltaremos a este ponto). Em 1998, quando a crise mundial indicava a impossibilidade dessa pretensão, a esquerda se lançou, por outro lado, ao resgate do barco que afundava, proclamando o abandono de qualquer tentativa de transformação anti-capitalista. Não se trata de uma contradição menor a que se expressa em consequência das vicissitudes que apresenta a crise mundial.

## O Signo da História

O “relato” dominante na origem da crise atual, quando despontava o século XXI, tendia a considerar que se tratava de um episódio curto e passível de superação nos termos criados pela nova realidade da colonização capitalista do planeta. Um século após Lênin ter afirmado que o imperialismo era a última etapa histórica do capitalismo – momento de

seu definitivo esgotamento – o signo da história se apresentava como a suposta evidência do contrário. Não se tratava da agonia da fase terminal; ao contrário, assistiríamos às dores de parto de um renascimento. Não se tratava da última etapa do capital, senão do primeiro momento de um novo voltar a viver. O novo século, portanto, exibiria um plano superior da evolução do capital, habilitada pelo desmoronamento dos velhos Estados de “economia centralmente planejada”. Como expressão da nova época, os especialistas destacavam a novidade da conexão da economia chinesa e do *hegemon* estadunidense, mediante o qual o superávit comercial da potência “emergente” financiava o monstruoso déficit ianque (comprando títulos do Tesouro estadunidense e acumulando reservas em moeda americana) e expandia o comércio mundial. Tratava-se da suposta evidência do dinamismo das renovadas forças produtivas do capital.

De fato, o financiamento “chinês”, assegurando a conversibilidade do dólar (que de outra maneira ficava sujeito a uma inevitável desvalorização) foi, na virada do século, a fonte do ciclo especulativo acima mencionado – sem precedentes no passado – e que acabou, como não podia ser de outra maneira, com a brutal explosão há um lustro. O dólar hipervalorizado serviu como *plata dulce* (“argentinismo” utilizado para caracterizar o dinheiro nacional utilizado para os negócios da especulação financeira, seja no período da gestão econômica de Martínez de Hoz – na ditadura genocida –, seja em seu formato mais recente nos marcos da experiência “neoliberal” do ministro Domingo Cavallo nos governos de Menem e De la Rúa). A função desse dinheiro (*plata dulce*) era lubrificar o metabolismo especulativo que pretendia ampliar as possibilidades da acumulação do capital esgotadas na esfera direta da produção, ameaçada pela queda do lucro e um excesso de capacidade perante a demanda criada pelo próprio capital. Finalmente, toda crise lembra que o propósito capitalista de explorar a população laboriosa no âmbito da produção para assegurar sua maior rentabilidade é incompatível com a pretensão de uma demanda crescente para que circulem e se realizem os resultados mercantis dessa mesma produção.

A Grande Depressão teve sua “bolha” como resultado dessa dificuldade do capital para alimentar negócios “produtivos” em um mundo saturado de capital (superprodução). O “acople” EUA-China fracassou como tentativa original de saída para enfrentar a superprodução capitalista desenvolvida sem pressa e de forma constante no longo período anterior. O termo “acople” também mascara a natureza social desta tentativa de abortar o

desmoronamento. Tratou-se de uma experiência que buscou mitigar as consequências do desenvolvimento capitalista exacerbado nas metrópoles mediante de uma combinação que reproduzia um mecanismo primitivo de formação originária do capital, afundando na situação de barbárie uma enorme massa de camponeses, deslocada para as cidades na condição de exército superexplorado; nesses centros urbanos o capital estrangeiro explorava os trabalhadores em condições de semiescavidão. Dessa forma, constituiu-se um novo proletariado chinês sob condições de barbárie próprias do passado, assegurando uma concorrência degradante para as conquistas do proletariado nos países mais desenvolvidos. Porém, longe de abrir uma nova época para o capital, essa realidade mostrou os limites irreversíveis de uma civilização capitalista em decomposição.

Nesse momento não se queria ver a dimensão catastrófica que se encontrava em estado latente na “globalização” capitalista aberta com a restauração; esse fato provocou confusão, seja na variante eufórica direitista ou na melancólica esquerdista. O pano de fundo de toda confusão prevalecente sobre o estado da economia capitalista do fim do século não era outro que a liquidação definitiva do longo processo de deterioração dos velhos Estados operários, sob o comando de uma burocracia que balizou o caminho na direção da restauração na sua plenitude. No entanto, na esquerda radical, e inclusive no interior da corrente autodenominada trotskista, a ascensão de Gorbachov na URSS, na década de oitenta, a chamada *perestroika* e a *glasnost*, foram apresentadas como avanços em direção à conjunção superior de socialismo e liberdade; e não como antecipação de uma restauração. A esquerda mundial sucumbiu nesta experiência, cuja expressão definitiva foi a queda do muro de Berlim, e a dissolução da União Soviética; essa esquerda não entendeu o significado do naufrágio contrarrevolucionário do estalinismo. Parte significativa dessa mesma esquerda e do chamado “progressismo” pressupôs, também, que o fracasso da URSS poderia trazer uma revitalização do capital e da democracia capitalista. Por isso, como observamos, o socialismo devia permanecer reduzido a uma utopia e a vigência da revolução social postergada para uma indefinível etapa ulterior da história. Permanecerá nos registros da história que mesmo antes do início desta Grande Depressão, um pequeno grupo de organizações da esquerda revolucionária defendia “contra a corrente”, desmitificar a ilusão de uma mudança emblemática na contemporaneidade. De forma contrária, defenderam a vigência histórica da revolução socialista, afirmando que a mesma



não havia sido revertida, que a decadência do capital era uma tendência irreversível, e que suas gigantescas contradições condicionavam as vicissitudes do processo de restauração capitalista em andamento. Referimo-nos às organizações que, junto ao *Partido Obrero de Argentina*, proclamaram a necessidade de refundar sobre este princípio básico os fundamentos de uma internacional proletária e revolucionária (a IV Internacional).

Sinteticamente, a enorme vitória posta para o capital pela possibilidade de penetrar nos velhos Estados em que havia sido confiscado não conseguiu ultrapassar a realidade de sua irreversível decadência histórica. A tendência à decomposição capitalista não foi revertida pela restauração; de forma contrária, a restauração a condicionou: por isso a Grande Depressão explode pouco tempo depois da suposta proclamação do triunfo do capital. É esse o sinal específico do lugar histórico que caracteriza a presente crise.

### **Grandes Depressões e Esgotamento Capitalista**

Designar a atual crise como a Grande Depressão não está equivocando, uma vez que foi essa a denominação utilizada na historiografia para nomear a primeira grande crise capitalista “global” que inicia no final do século XIX – a partir de 1873 – e que se estende por mais de duas décadas. Permite, também, uma metáfora pedagógica. Para enfrentar a Grande Depressão, o capital encontrou como saída uma conquista selvagem do mundo colonial (em poucos anos os territórios do planeta ficaram sob o domínio de uma reduzida quantidade de potências), e quando esta partilha terminou, o broche de ouro foi uma destruição universal: a I Guerra Mundial (cuja “contribuição” histórica foi inaugurar o que se chama o “massacre na retaguarda”, quer dizer, da população civil e graças à utilização da aviação como arma de guerra e suas bombas letais. Eis aqui uma das origens do “terrorismo de Estado” contemporâneo).

Mais tarde, a II Grande Depressão – aquela de 1929 – teve como saída uma nova Guerra Mundial, um massacre ainda mais letal e massivo. Portanto, não se trata de ver se o capital encontra uma saída a suas próprias catástrofes “econômicas”; trata-se de considerar as catástrofes civilizatórias como necessárias para o capital poder “recuperar-se”. A denominada recuperação capitalista, dessa forma, cria uma espiral que busca superar seus obstáculos, criando assim as condições para novos e maiores obstáculos que indicam seus limites historicamente insuperáveis.

As “saídas” para enfrentar as crises mencionadas acima, são denominadas pelos economistas como períodos de recuperação, ou seja, momentos em que a atividade da produção econômica cresce novamente. Porém, seja qual for o grau de crescimento da produção, a recuperação econômica não pode substituir a análise dos antagonismos econômicos e sociais sobre os quais esta repousa e se processa. É por isso que, quando a economia crescia assentada na guerra e no militarismo mundial, os revolucionários de cem anos atrás se comprometeram com a tarefa de opor o socialismo ou a barbárie, considerando que a decomposição capitalista transformava as forças produtivas em forças destrutivas (o conceito original é de Karl Marx). Não foi, portanto, uma consideração genérica sobre a atividade econômica em si mesma a que imprimiu sua marca às colocações da esquerda revolucionária no limiar do século XX. Foi a partir da apreciação que a Grande Depressão fechava uma época, implicava uma mudança histórica, indicava um limite ao ciclo da civilização capitalista e abria o período da etapa superior ou última do capital, o solo próprio de uma delimitação decisiva entre a revolução e a contrarrevolução contemporânea. Sem considerar esses elementos é impossível compreender a natureza do capitalismo na última centúria, o caráter das transformações sociais do passado, as vicissitudes da esquerda socialista e a política revolucionária do nosso tempo.

A Grande Depressão do final do século XIX e a Grande Guerra de 1914/18 não só marcaram a transição a uma nova época; também marcaram um deslocamento do centro de gravidade da economia capitalista que, em cada etapa histórica teve uma liderança própria. Na etapa original, no final da Idade Média, os Países Baixos encarnaram essa liderança que depois, quando o capital andava com as suas próprias pernas, se trasladou para a Inglaterra, o berço da revolução industrial. Quando os limites da civilização capitalista se expressaram na virada do século XIX ao XX, o velho território do capital (Europa) consumiu-se na barbárie da guerra e o centro da ordem capitalista se trasladou ao norte do novo continente. Dessa forma, os Estados Unidos se transformaram na principal potência, não da “Era da revolução”, nem da “Era do Capital”, mas da “Era do Imperialismo”, utilizando como metáfora a trilogia com a qual o recentemente falecido Eric Hobsbawm traçou a história do capitalismo e, é claro, aludindo à época de seu definitivo, histórico.

É comum afirmar que assistimos na atualidade a um novo deslocamento para o continente asiático do centro hegemônico do capital; esse enten-

dimento leva implícito um pressuposto que deve ser explicitado. O referido pressuposto consiste em assumir que a passagem da hegemonia ianque à chinesa representaria, de forma contrária das ideias que aqui estamos desenvolvendo, um novo ponto de partida para um desdobramento novo das forças produtivas do capital. Entretanto, quando se trata de considerar este eventual “deslocamento” do centro hegemônico, é fundamental destacar que isso não poderia acontecer independentemente das contradições do próprio capital, isto é, a mediação de uma exacerbação da própria crise nas condições históricas concretas nas quais se desenvolve. Estamos falando de uma crise que há tempos combina os elementos próprios do crescente caos da economia com a hecatombe de regimes políticos, cataclismas sociais, resistência das massas e insurgência revolucionária, traços que hoje predominam na “região mediterrânea” quando se considera, de um lado, o processo da revolução árabe e, de outro, as revoltas, greves e manifestações que se estendem na parte sul do continente europeu desde Portugal à Grécia, passando naturalmente pela Espanha e Itália.

Nesse emaranhado de elementos não deveria ser excluída a guerra declarada, seja na dimensão mais próxima de uma explosão – como é o caso do Oriente Médio –, seja na dimensão menos visível como, por exemplo, o confronto entre as grandes potências na disputa por seu lugar na eventual saída do colapso atual. Finalmente, também no passado, as duas guerras mundiais irromperam quando o mundo “civilizado” estimava como absolutamente improvável um conflito bélico que pusesse em ação um potencial destrutivo sem nenhum tipo de antecedentes no passado. Se o apelo ao “senso comum” tiver sentido, lembremos que, no caso da II Guerra Mundial, o confronto entre as potências capitalistas foi tão feroz, que em lugar de se mancomunar para terminar com a expropriação no vasto território da ex-URSS, acabaram por se ensanguentar na infâmia bélica que levou com ela sessenta milhões de almas em uns poucos anos.

Na atualidade estão presentes os elementos para um novo episódio sísmico da crise mundial. Sua explosão foi apenas postergada até meados do ano passado (2012), quando a situação grega deixou sob alerta o mundo capitalista, após as eleições de maio consagrarem o triunfo de um partido de centro-esquerda que proclamava o desconhecimento do “memorando” que a *troika* (União Europeia, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional) tinha pactuado com o governo grego; acordo que deteriorava as condições de vida da população, em nome do resgate da exaurida

economia capitalista grega. Concretamente, a cúpula do capital discutiu que “medidas desesperadas” podiam dar resposta a uma “situação desesperada”, segundo um artigo do então mais reconhecido diário do capital financeiro mundial (*Financial Times*).

## A Negação do Capital

De fato, algumas dessas “medidas desesperadas” foram ensaiadas no passado recente. O capitalismo ianque, por exemplo, apelou à emissão monetária e ao endividamento em proporções homéricas e à semiestatização de algumas corporações como forma de evitar o afundamento do capital financeiro (bancário e industrial) que se encontrava em situação de colapso. Ou seja, na principal potência mundial também assistimos a uma negação do capital privado como recurso último para salvar o capital privado: as maiores corporações capitalistas estadunidenses (dentre elas as automotivas e os bancos mais poderosos) conseguiram manter-se erguidas porque contaram com os subsídios e transferências de fundos extraordinários por parte do governo, financiados com recursos públicos arrecadados através da tributação sobre a população trabalhadora, isto é, através de uma hipoteca sem igual no passado e que compromete seu futuro. Nessas condições, os EUA apresenta agora os registros próprios de uma economia que os manuais convencionais atribuem aos países periféricos: uma crescente dívida, um excessivo intervencionismo oficial, um elevado déficit público. O resultado negativo das contas públicas atinge 9% do Produto Interno Bruto (PIB), e tem-se duplicado nos últimos três anos. A dívida pública equivale a 100% desse PIB, e aumentou em 50% nos últimos quatro anos.

Estamos na presença de uma experiência de “capitalismo de Estado”, segundo o entendimento de um dos órgãos históricos do “neoliberalismo”, ao qual se apelou na tentativa de conter o colapso geral. O mais importante, apesar do caráter excepcional de todas as disposições adaptadas para tentar limitar a queda, é a constatação que os resultados têm sido completamente precários. Na atualidade, no início de 2013, o investimento em ativos fixos de largo prazo é o mais baixo dos últimos 80 anos, o desemprego supera a taxa de 11%, os trabalhadores na indústria manufatureira foram reduzidos em 30%, se comparado com o ano de 2007. Tem sido produzida uma enorme acentuação da superexploração do trabalho e, portanto, um incremento da mais-valia absoluta que denota o carácter parasitário de todo o

processo. O mais importante: os desequilíbrios econômicos e sociais têm alcançado patamares desconhecido na história. Entre 1979 e 2007, 1% da população quadruplicou seus ingressos; e 25% da base da pirâmide aumentaram apenas 40%. Os analistas fazem menção a “duas sociedades” quando se referem a esta polarização. No passado o termo *Belíndia* se utilizava para caracterizar economias como a brasileira, cujo desenvolvimento desigual combinava em um mesmo espaço a realidade de uma pequena Bélgica desenvolvida, e a de uma gigantesca Índia atrasada. Os Estados Unidos são agora a *Belíndia*: quase 50 milhões de estadunidenses comem com “cupons” de alimentação distribuídos pelo governo.

É do “capitalismo de Estado” de um capitalismo em decomposição, de uma “economia *vudu*”, segundo a expressão da economista Joseph Stiglitz: os bancos falidos transferiram parte dos seus ativos que não podiam ser cobrados, para o Estado, que emite títulos que compram esses bancos... para financiar uma dívida pública que se encontra no limite do *default*. De essa forma, o capital financeiro recupera-se à custa do financiamento público por meio do “resgate” da compra de sua dívida por parte dos bancos em situação de falência. Trata-se de uma bomba-relógio condenada a explodir. É bom lembrar que estamos falando da maior economia capitalista de todos os tempos.

Não é por acaso que a ideia do “abismo fiscal” domina de forma recorrente o debate econômico nos Estados Unidos, quando anualmente o Congresso estadunidense tem que provar os limites da dívida pública. Um setor do imperialismo considera que a dívida e o *déficit* orçamentário não são problemas graves. Não seriam uma novidade e, em seu momento – no passado – foram superados, segundo afirmou Paul Krugman em numerosos artigos recentes. O referido economista, como exemplo, lembrou dos acontecimentos da segunda metade do século passado quando, após a experiência do *New Deal* e das exigências da economia de guerra, as finanças públicas norte-americanas conseguiram normalizar-se. Porém, nesse momento, os Estados Unidos tinham alcançado uma posição extraordinariamente dominante no mercado mundial. A significativa preponderância dos ianques no universo capitalista permitiu no pós-guerra – e por um longo período – transformar o dólar estadunidense em moeda mundial (*Bretton Woods*, abandonou o padrão do ouro), evidenciando uma contradição que nunca deixou de manifestar-se criticamente no período subsequente.

A enxurrada de dólares pelo planeta inteiro, no segundo pós-guerra do século XX, implicava numa desvalorização da moeda ou um esvaziamento das reservas ianques em ouro. Ou uma combinação das duas coisas que perturbaria, mais cedo ou mais tarde, o equilíbrio do comércio mundial e as próprias posições conquistadas nesse mercado pela burguesia estadunidense. Resultado: em 1971 foi declarada a inconvertibilidade do dólar. Um fato que numerosos especialistas tomam como referência para explicar a instabilidade e decadência da economia capitalista como um todo, que se arrasta desde então como tendência secular e que remata na crise atual.

Agora a saída para enfrentar o “abismo fiscal” que aludiria a um aumento das taxas de interesses e um “ajuste” recessivo, implicaria também na elevação do valor do dólar, debilitando assim a posição da indústria estadunidense no mercado mundial, afetando sua “competitividade”. De forma contrária à situação do pós-guerra, a posição credora dos EUA foi transformada em seu oposto, com uma gigantesca dívida com o restante do mundo, que requereria ser enfrentada por meio de uma desvalorização, e não por uma revalorização. O equilíbrio interno da economia ianque entrou em uma violenta contradição com as necessidades de sua moeda desvalorizada como equivalente mundial. Dois anos atrás, a irrupção de uma “guerra monetária” destacou o fato que seria o ápice da crise atual, com um eventual deslocamento do mercado mundial no jogo de manobras explosivas do capital especulativo, no contexto de “desvalorizações competitivas” e de agravamento ao extremo das rivalidades nas diversas economias capitalistas.

## **UE...**

Neste contexto é que se revela a verdadeira dimensão da liquidação definitiva desse “cadáver” político e econômico que se chama União Europeia (UE), o elo mais fraco na corrente da atual crise mundial. Por quê? Porque ao largo de todo o século XX, a Europa foi resgatada da lama pela potência econômica dos Estados Unidos, que no século que passou assumiu a liderança do capitalismo mundial, deslocando o velho e decadente império inglês. Como sempre tem se dito, a política é “economia concentrada”, e por isso é na dimensão política propriamente dita o espaço em que importa registrar o alcance da atual desintegração da UE. Em definitivo, a União sempre foi uma tentativa de construção política para enfrentar as tendên-

cias à revolução social. Na sua origem encontra-se o esforço para enfrentar o processo de reconstrução do velho continente, devastado pela Guerra e pela ameaça dissolvente de ressurgimento de um vigoroso movimento operário que ameaçara a imprescindível reconstrução capitalista. Mais tarde – entre os finais dos anos sessenta e começos dos setenta – esse esforço concentra-se em enquadrar as disputas em um ambiente de colaboração, buscando conciliar os interesses contraditórios das potências capitalistas e as ameaças de um ressurgimento revolucionário no período marcado pela greve geral francesa, a Primavera de Praga, a derrota do imperialismo no Vietnã e a revolução portuguesa. Finalmente, a UE se articulou como um instrumento de colonização do Leste Europeu e como estratégia de saída a um impasse mais geral do capital continental, submerso no que se conheceu como *euroesclerose* e, acima de tudo, como mecanismo para financiar a unificação capitalista de Alemanha, evitando uma desvalorização do marco e uma eventual inflação explosiva. Foi este o propósito da “convertibilidade” das moedas europeias, que confluíram posteriormente no “euro”, a partir dos anos 1990. A UE nunca constituiu uma superação das fronteiras nacionais, pelo contrário, funcionou como uma articulação contraditória de resgate dos Estados nacionais que tem como desenlace um completo deslocamento que estabelece uma reversão do processo aberto com a desintegração de Europa Oriental e a antiga URSS.

A desintegração da UE, cujo desenvolvimento tem manifestações evidentes no campo monetário, financeiro e político, propõe como alternativa a sua dissolução ou, dialeticamente, sua conversão em um regime de protetorados sob a direção de uma potência dominante, ou através da associação desigual de um par delas. A primeira alternativa desencadeará situações revolucionárias e revoluções sociais; a segunda somente poderá ser imposta caso exista uma derrota histórica do proletariado por parte do capital mundial. Este percurso contraditório da etapa em andamento, por um lado, implicará em grandes crises políticas e internacionais, e por outro, dará lugar a uma tendência crescente de lutas e sublevações populares. Desta forma, fica proposto um contraponto histórico entre a etapa iniciada com a dissolução da União Soviética e a restauração (transicional) do capitalismo na China. A falência capitalista mundial é a categoria central do desenvolvimento histórico presente.

A tentativa mais recente para persuadir o governo alemão a assumir o regate do Banco Central Europeu (BCE) como estratégia para evitar

a suspensão dos pagamentos das economias mais afetadas pelo colapso terminou em um impasse, ao final de 2012. Essa estratégia acontece após a suposta derrota de Merkel a respeito da definição de condicionalidades – novos planos de ajuste e supervisões extra-nacionais – para assumir os eventuais resgates do BCE. A paralisia revela contradições insuperáveis: a própria burguesia alemã se divide em torno da questão do resgate europeu. Esse imobilismo é revelado em um levantamento recente, que estabeleceu que a falência grega custaria ao capital financeiro alemão perto de 82 milhões de euros, caso a Grécia se retirasse da Zona do Euro, e próximo de 90 milhões – se Grécia... se mantiver como membro da UE.

Esses dados explicam as razões que guiam uma parte do capital financeiro alemão a apostar na ruptura da Zona do Euro e, *in extremis* a voltar ao marco. Sua reavaliação teria como contrapartida uma desvalorização das antigas dívidas em euros. Pelo mesmo motivo, outra parte da burguesia estima que essa reavaliação da moeda alemã (ou do euro, caso exista uma volta às moedas nacionais na periferia da UE) submergiria as exportações alemãs – motor do crescimento econômico no período recente –, ao mesmo tempo em que afundaria toda a precária estrutura do comércio mundial. Nesse período, a depressão econômica no continente atingiu fortemente a economia alemã. Isto porque, por um lado, os credores da quebra financeira continental foram afetados pela cotização de seus próprios ativos; por outro lado, pelo fato de que o motor das exportações tende a se estancar. Os organismos oficiais da UE difundem a ideia que se tem acentuado o estancamento econômico da “zona do Euro” como um todo; o colapso industrial é catastrófico. O próximo episódio será o colapso da zona euro, eventualmente detonado pela largamente postergada declaração do *default* grego, e na sequência, Espanha.

## O Conto Chinês

O processo de dissolução da UE coloca mais uma vez a questão da eventual emergência de um novo ciclo capitalista assentado na liderança da China. Já sinalamos que a ilusão de uma transição pacífica deveria ser descartada e que, no passado, a passagem da hegemonia de uma potência para outra foi inseparável de episódios catastróficos, crises, guerras e revoluções. Porém, isto nos mantém ainda em um nível de análise muito geral; em um plano mais concreto as analogias históricas devem ainda ser



precisas. Em primeiro lugar, os EUA deslocaram a Inglaterra quando tinha alcançado o *status* de uma potência industrial única, coroando seu desenvolvimento capitalista *sui generis* fugindo, dada sua história particular, do processo denominado como “acumulação primitiva” – via clássica pela qual o capitalismo original – de carne e osso como o europeu – enfrentou a herança consagrada da antiga sociedade em um larguíssimo medievo. A singularidade do desenvolvimento ianque, após a guerra civil na segunda metade do século XIX – que alguns historiadores consideram o ponto final de três séculos de revolução burguesa –, deu lugar a uma colonização capitalista do extenso território norte-americano “pela via americana”; ou seja, sem o peso de lidar com uma aristocracia proprietária da terra que foi a base de um poderoso desenvolvimento do mercado interno.

A posição da China é substancialmente distinta e o contexto histórico do capital absolutamente diferente. Os 70% da “indústria chinesa” são um gigantesco enclave de exportação nas mãos de proprietários estrangeiros. Este desenvolvimento, de modo diferente da realidade do capitalismo estadunidense – apoiado em salários elevados que estimularam o aumento da produtividade do trabalho (mais-valia relativa do capital) –, teve como fundamento uma ampla superexploração do novo proletariado e o trabalho semiescravo em massa, um recurso que tende a se esgotar como consequência do próprio crescimento e resistência da nova classe trabalhadora. Como contraparte, aumenta a “poupança” dos chineses, centralizada pela burocracia em um desenvolvimento anárquico da infraestrutura (rodovias, aeroportos, obra pública) e uma expansão imobiliária que tem criado uma “bolha” semelhante à que estourou em 2007/2008 nos países capitalistas desenvolvidos. Os manuais convencionais de economia analisam como os países atrasados podem eventualmente ter um crescimento exponencial de sua economia quando partem de um primitivismo produtivo próprio do pré-capitalismo, até atingir a denominada “armadilha do ingresso meio”, normalmente identificada em um valor médio de 5000/7000 dólares por habitante (que correspondente a 20% do valor médio dos países capitalistas desenvolvidos). Atualmente, a China se encontra nesse mesmo patamar. Relatórios recentes dos analistas econômicos ilustram o horizonte de desaceleração “estrutural” que evidencia a economia da China.

Enquanto o capitalismo – em sua origem – e o imperialismo – em sua “fase superior” – se constituíram limitando as possibilidades de um mercado mundial pré-capitalista, o “capitalismo” chinês enfrenta um planeta

dominado pelo capital que tem cumprido o que Marx denominava de sua “missão histórica”, que não era outra coisa que a constituição desse mercado mundial capitalista. Estados Unidos se transformou em imperialista a partir de uma posição devedora, e desfalcando a sua velha potência colonial. China acumula dívidas de credores parasitários próximas de quatro trilhões de dólares, que não podem ser transformados em capital ativo, e cujo retorno ao mercado afundaria a moeda e a economia estadunidense e mundial em seu conjunto.

Em lugar de aderir ao regime político único considerado como um produto do processo histórico posterior à revolução, as taxas “chinesas” do crescimento de sua economia a conduziram a uma situação explosiva. Uma nota publicada no *Wall Street Journal*, em meados deste ano, revelava a precariedade em que repousava a arquitetura política chinesa ao contabilizar os bilhões de dólares que a cúpula dirigente acumulava no exterior, fato que era interpretado acertadamente como um índice da “desconfiança” em seu próprio futuro que só poderia se remediar com sua passagem à condição de “proprietários” privados, que não tinham alcançado ainda. Esta “passagem” significa uma promessa de completa desintegração: no caso da União Soviética, deu lugar a uma destruição das forças produtivas que pode ser comparada com a situação vivida em um contexto de guerra e com a realidade de uma atomização da administração governamental e a uma batalha de facções e máfias que só encontrou uma precária estabilização depois de vários anos, mediante a entronização de um Bonaparte que fez escola na velha KGB.

Enquanto os especialistas especulam sobre o futuro, se eximem de elaborar os materiais do passado recente e do mais distante sobre o longo processo de degeneração das principais revoluções do século XX. Os antagonismos sociais que se aguçam na China, supostamente chamada a tomar uma revanche histórica – uma vez que foi a civilização mais desenvolvida até o medievo – para inaugurar uma nova era capitalista, são simplesmente descomuns. Um recente relatório sobre este ponto evidenciava as centenas os conflitos, mobilizações e greves que se alastram pela extensa geografia chinesa... por dia (sim, centos de conflitos diários). Redundemos: a explosão política e social latente na China é uma categoria central da falência mundial, que é a categoria central da crise histórica do presente.

## **Economia e Política... Mundo**

Nesta Grande Depressão o elemento mais novo está determinado pelo fato de que as crises políticas têm-se transformado em um fator determinante da crise mundial. As estruturas de poder enfrentam uma crescente inadequação perante a insurgência das massas e as divisões da própria burguesia. A crise tem provocado mudanças convulsivas das formas de dominação do capital no plano nacional e internacional. Isto se expressa no colapso em série dos diversos regimes políticos, que teve seu epicentro no sul do continente europeu e na rebelião generalizada que domina a situação nos países árabes e que se estende por diversas latitudes (um tema que excluimos da análise neste texto). À guisa de síntese provisória, reiteramos a conclusão do texto que publicamos na revista “Em defesa do Marxismo”, com base em documentos surgidos de uma rica deliberação do maior agrupamento da esquerda argentina. “A crise política mundial não é a soma das crises nacionais, que poderiam ser resolvidas em separado, por meio de um lento e pacífico processo de soluções setoriais. Com todas suas diferenças e especificidades, elas expressam a crise capitalista mundial, uma crise sistêmica, social, política. A saída da crise da humanidade depende de quem seja o administrador da falência do capitalismo. Se são os governos do capital, as conseqüências serão pagas pelos trabalhadores, enquanto os exploradores se rasgarão os olhos pelos despojos, por meio de agressões políticas e de guerras. Se os trabalhadores assumem a tarefa, em cujo caso se procederá ao confisco dos grandes credores e dos acionistas, ganharão o trabalho livre e bem-estar. O avanço da quebra capitalista já desatou uma cadeia de explosão de contradições e crises nacionais, crises sociais e políticas... Cinco anos após o início da bancarrota capitalista mundial, o desafio de desenvolver uma estratégia de poder independente das massas frente ao colapso capitalista está mais vigente do que nunca”. É isto.

\* Pablo Rieznik é Economista, Professor da Faculdade de Ciências Sociais, Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires.

*<rieznik2002@yahoo.com.ar>*

\*\* Tradução: Daniel Stevens Torres Cárdenas

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO**

**REITOR**

Carlos Antônio Levi da Conceição  
PRÓ-REITORA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues  
VICE-DIRETOR  
Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
Rosana Morgado

**EDITORES**

José María Gómez (ESS - UFRJ)  
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)  
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes  
(ESS - UFRJ)  
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

**COMISSÃO EDITORIAL**

Janete Luzia Leite (ESS-UFRJ)  
Alejandra Pastorini Corleto (ESS-UFRJ)

**CONSELHO EDITORIAL**

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,  
Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota  
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima  
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),  
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-  
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa  
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga  
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de  
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes  
(University College London - Inglaterra),  
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena  
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete  
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando  
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de  
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim  
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes  
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-  
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La  
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck  
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva  
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos  
Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria  
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria  
Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia  
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy  
(EHESP-França), Monica Dimartino  
(Universidad de La Republica de Uruguay-  
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-  
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-  
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),  
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana  
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio  
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva  
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School  
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti  
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),  
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de  
Paula Faleiros (UnB-DF).

**ASSESSORIA TÉCNICA**

Fábio Marinho  
Márcia Rocha

**PRODUÇÃO EXECUTIVA**

Márcia Rocha

**REVISÃO**

Alejandra Pastorini Corleto  
Janete Luzia Leite  
Maria de Fátima Migliari

**TRADUÇÃO**

Daniel Hanan  
Daniel Stevens Torres Cárdenas  
Fábio Marinho  
Nicolle Varella Felipe

**DESIGN EDITORIAL  
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

**WEB DESIGN**

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ  
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)  
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ  
(21) 3873-5386  
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/  
Agência Brasil